

***RB Capital Distribuidora
de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo
em 30 de Junho de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da
RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, parcela relevante dos resultados da Distribuidora, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, está representada por transações com partes relacionadas de acordo com as condições descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 24 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

RB CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/15	30/06/14
CIRCULANTE		3.446	2.487
DISPONIBILIDADES	4	223	371
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ		1.571	894
Aplicações no mercado aberto	4	1.571	894
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (90 dias)		392	-
Carteira própria	5.1	392	-
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (acima)		1.106	447
Carteira própria	5.1	1.106	447
OUTROS CRÉDITOS		154	774
Rendas a receber	6	79	735
Diversos	7	87	45
(Provisão para outros créditos liq. duvidosa)		(12)	(6)
OUTROS VALORES E BENS		-	1
Despesas antecipadas		-	1
NÃO CIRCULANTE		1.413	452
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.409	446
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	5.1	1.409	446
Carteira própria		1.409	446
INTANGÍVEL		4	6
Ativos Intangíveis		7	7
(Amortização acumulada)		(3)	(1)
TOTAL DO ATIVO		4.859	2.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/15	30/06/14
CIRCULANTE		1.780	411
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.780	411
Sociais e estatutárias	8	-	52
Fiscais e previdenciárias	9	1.709	182
Diversas	10	71	177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.079	2.528
Capital:	12.1	2.036	2.036
De Domiciliados no país		2.036	2.036
Reservas de lucros		375	365
Lucros acumulados		668	127
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.859	2.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Nota Explicativa	1º-SEM-15	1º-SEM-14
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		213	95
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		213	95
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3)	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3)	(6)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		210	89
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		4.619	249
Receitas de prestação de serviços	14	6.437	1.365
Despesas de pessoal	15	(304)	(301)
Outras despesas administrativas	16	(882)	(659)
Despesas tributárias		(643)	(143)
Outras receitas operacionais		11	-
Outras despesas operacionais		-	(13)
RESULTADO OPERACIONAL		4.829	338
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		4.829	338
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.922)	(75)
Provisão para Imposto de renda	17.1	(1.197)	(42)
Provisão para Contribuição Social	17.1	(725)	(33)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	(75)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		2.907	188
JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO		-	(61)
Nº de cotas		203.601.900	203.601.900
Lucro/(Prejuízo) líquido por lote de mil cotas.....R\$		14,27	0,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

Período de 01/01/15 a 30/06/15

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/15	2.036	282	93	-	2.411
Dividendos intermediários				(2.239)	(2.239)
Lucro líquido do período				2.907	2.907
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/15	2.036	282	93	668	3.079
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:				668	668

Período de 01/01/14 a 30/06/14

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/14	2.036	282	683	-	3.001
Reversão de reservas			(600)	600	-
Dividendos intermediários				(600)	(600)
Lucro líquido do período				188	188
Destinações:				(61)	(61)
Juros capital próprio				(61)	(61)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/14	2.036	282	83	127	2.528
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:			(600)	127	(473)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	1º-SEM-15	1º-SEM-14
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	2.907	188
Depreciações e amortizações	1	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	6
Provisão de impostos no resultado	1.922	75
Lucro líquido ajustado	4.833	269
Varição de Ativos e Obrigações		
	(2.054)	1.515
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos	(1.759)	1.828
(Aumento) redução de outros créditos	75	(21)
(Aumento) redução de outros valores e bens	-	3
Aumento (redução) em outras obrigações	(24)	(41)
Impostos pagos	(346)	(254)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.779	1.784
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(2.239)	(600)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(2.239)	(600)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	540	1.184
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.646	81
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	2.186	1.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RB CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), constituída em 1983, atua no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros.

A Sociedade tem como objeto social comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; praticar operações de conta margem; operar em bolsa de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu algumas normas, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são os que seguem abaixo e foram considerados na preparação das demonstrações financeiras:

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;

- CPC 24 - Evento subsequente- homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de julho de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - Títulos para negociação.
- II - Títulos disponíveis para venda.
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

3.6. Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada em 5 anos à taxa de 20% a.a.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (“impairment”), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos intangíveis, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Bancos	223	371
Aplicações interfinanceiras de liquidez lastreada em debêntures (*)	1.571	894
TVM - Certificados de Depósitos Bancários (**)	<u>392</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.186</u>	<u>1.265</u>

(*) Referem-se a operações compromissada bancária, com liquidez diária e rendimento equivalente a 100% do CDI.

(**) Vide Nota Explicativa 5.1.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Diversificação por tipo

Papel	Categoria	30/06/15			30/06/14
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Valor de curva (contábil)
Certificado de Depósito Bancário - CDB (*)	Títulos disponíveis para venda	<u>392</u>	<u>1.106</u>	<u>1.409</u>	<u>2.907</u>
Total		<u>392</u>	<u>1.106</u>	<u>1.409</u>	<u>2.907</u>

(*) O valor de curva dos CDBs equivale ao respectivo valor de mercado nas datas dos balanços, dado se tratarem de operações pós-fixadas.

6. OUTROS CRÉDITOS - RENDAS A RECEBER

O saldo é composto como segue:

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Contas a receber (*)	<u>79</u>	<u>735</u>

(*) O valor de contas a receber refere-se à comissão pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários pela Distribuidora, substancialmente com partes relacionadas (vide nota explicativa nº 13).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

O saldo é composto como segue:

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Adiantamento e antecipações salariais	8	-
Impostos e contribuições a compensar	<u>79</u>	<u>45</u>
	<u>87</u>	<u>45</u>

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Juros sobre capital próprio a pagar (nota explicativa nº 12.3)	-	<u>52</u>
Total	<u>-</u>	<u>52</u>

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e as contribuições a recolher.

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.576	75
Impostos e contribuições a recolher	<u>133</u>	<u>107</u>
	<u>1.709</u>	<u>182</u>

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Provisão para despesas de pessoal a pagar	54	72
Provisão de outras despesas administrativas - consultoria	2	80
Provisão de outras despesas administrativas - custodia	9	19
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 11.2)	<u>6</u>	<u>6</u>
	<u>71</u>	<u>177</u>

11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

11.1. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

11.2. Passivos contingentes

Em 25 de Agosto de 2014, a Distribuidora aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, cujo prazo de adesão foi reaberto nos termos da Lei Nº 12.996/14, referente ao processo administrativo de nº 11080.004998/2010-75 de desmutualização dos títulos patrimoniais cuja a Distribuidora foi autuada pela Receita Federal. O pagamento foi efetuado em 25/08/2014, no montante de R\$641, já considerando o desconto concedido, sendo que R\$471 foram pagos a título de IRPJ e R\$170 foram pagos a título de CSLL. A totalidade do saldo foi reembolsado pelo antigo controlador e registrado nas rubricas contábeis de despesas tributárias e outras receitas operacionais.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, está provisionado o montante de R\$ 6 (R\$ 6 em 2014) referente processo cível, o qual foi estimado como probabilidade de perda provável pela Administração da Distribuidora.

Os passivos contingentes referentes a processos judiciais e administrativos de natureza cível foram classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, sob risco de perda possível e não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2015, estes processos totalizavam R\$ 242, porém em caso de perda a Distribuidora será reembolsada pelos antigos acionistas por se tratar de uma ocorrência de responsabilidade anterior ao processo de mudança acionaria pelo antigo controlador.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital social de R\$2.036 está composto por 203.601.900 cotas, subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

12.2. Destinação do lucro

No semestre findo em 30 de junho de 2015, foram destinados e pagos dividendos intermediários de R\$2.239 (R\$600 em 2014).

12.3. Juros sobre o capital próprio

No semestre findo em 30 de junho de 2015 não foram provisionados juros sobre o capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. E, no semestre encerrado em 30 de junho de 2014 foi provisionado o montante de R\$61, classificado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em conformidade com a circular nº 2.739/97, com efeitos tributários de R\$ 15 de IRPJ e R\$ 9 de CSLL em 2014.

13. PARTES RELACIONADAS

- a) As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias acordadas entre as partes. No semestre findos em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014, as transações com partes relacionadas estão sumariadas, conforme abaixo:

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
	Ativo/ (Passivo)	Ativo/ (Passivo)
Ativo circulante:		
Rendas a receber - com ligadas (i):	<u>67</u>	<u>730</u>
RB Capital Securitizadora S.A.	1	1
RB Capital Asset Management	8	-
RB Capital Patrimonial V Fundo de Investimento Imobiliário	3	1
RB Capital Cia de Securitização	<u>55</u>	<u>728</u>
Total do ativo	<u><u>67</u></u>	<u><u>730</u></u>
Passivo circulante:		
Sociais e estatutárias:	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Juros sobre capital próprio a pagar para sócios	-	(52)
RB Capital Holding S.A.	-	(80)
Total do passivo		<u><u>132</u></u>
Resultado:		
Com ligadas (i):		
Receita de prestação de serviços - RB Capital Trancheado I	-	50
Receita de prestação de serviços - RB Capital Holding S.A.	11	19
Receita de prestação de serviços - RB Capital Cia de Securitização.	56	992
Receita de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	524	3
Receita de prestação de serviços - RB Capital Real Estate I		150
Receita de prestação de serviços - RB Capital Asset Management	11	-
Receita de prestação de serviços - RB Capital Patrimonial V Fundo de Investimento Imobiliário	3	3
Receita de prestação de serviços - Salus Infraestrutura Portuar	5.826	
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Holding S.A.	<u>(10)</u>	<u>(80)</u>
Total do resultado	<u><u>6.421</u></u>	<u><u>1.137</u></u>

- (i) Referem-se a prestação pela Distribuidora de serviços de custódia, implementação e distribuição de Cessão de Crédito Imobiliário - CCI e Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI.

- b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os administradores da Distribuidora atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e distribuição, sendo remunerados de acordo com a dedicação a cada atividade desempenhada.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a Distribuidora não pagou honorários a seus administradores.

14. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No semestre findo em 30 de junho de 2015, o montante de R\$ 6.431 (R\$ 1.217 em 2014) refere-se às receitas de comissão pela prestação dos serviços de colocação de títulos, substancialmente feito com partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

15. DESPESA DE PESSOAL

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Salários	(180)	(172)
Previdência social	(44)	(43)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	(14)	(14)
Benefícios	(65)	(67)
Outras despesas com pessoal	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(304)</u>	<u>(301)</u>

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Intermediação de agente autônomo	(406)	(219)
Serviços do sistema financeiro	(57)	(96)
Serviços técnico especializados	(201)	(216)
Serviços de processamento de dados	(99)	(56)
Publicações	(3)	(7)
Associação de classe	(49)	-
Viagens	(30)	(28)
Diversas	<u>(37)</u>	<u>(37)</u>
	<u>(882)</u>	<u>(659)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

17.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.829	338
(-) Participações estatutárias no lucro	-	(75)
(-) Juros sobre capital próprio	-	(61)
Adições de despesas não dedutíveis	7	9
Adições de diferenças temporárias - provisão de contingências	-	6
Base de cálculo	<u>4.836</u>	<u>217</u>
Contribuição social - 15%	(725)	(33)
Imposto de renda - 15%	(725)	(33)
IRPJ - 10% parcela adicional	<u>(472)</u>	<u>(9)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>1.922</u>	<u>(75)</u>

A administração decidiu pela não constituição de créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que representam montantes não registrados de R\$ 6 em 30 de junho de 2015, os quais dependem de estudo técnico de realização, a ser preparado pela Administração para suportar o eventual registro dos referidos créditos tributários.

18. RISCOS OPERACIONAIS E DE MERCADO

A Distribuidora participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de políticas e sistemas de controle.

18.1. Risco de taxa de juros

Os resultados financeiros da Distribuidora estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros de mercado.

A Distribuidora não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Distribuidora não efetua aplicações de caráter especulativo, tampouco em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

18.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Distribuidora a incorrer em perdas financeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Distribuidora vem aplicando seus recursos em instrumentos financeiros emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Distribuidora adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito com a constituição de garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Mais de 99% das receitas de prestação de serviços do semestre findo em 30 de junho de 2015 (89% em 2014) foram realizadas com partes relacionadas, o que mitiga a exposição ao risco de crédito.

18.3. Risco de capital

A Distribuidora administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da relação entre dívidas e patrimônio / capital próprio.

A estrutura de capital da Distribuidora é formada pelo caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui o capital emitido e reservas).

19. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

19.1. Riscos de crédito, liquidez e mercado

A Distribuidora possui uma Área de Risco responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco necessárias a atender disposições regulatórias. A Área de Risco é subordinada ao Diretor de Risco, que é designado como responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mercado.

As estruturas de gerenciamento de risco são compostas pelos seguintes agentes:

- a) Comitê de Riscos, responsável por revisar as políticas e limites operacionais de risco, submetendo-os anualmente à aprovação da Diretoria Executiva, e pelo acompanhamento da carteira, seu nível de concentração e de risco;
- b) Área de Risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar ao Comitê de Riscos os níveis de risco de crédito, liquidez e mercado da instituição, garantindo o cumprimento das políticas de gerenciamento de risco e dos limites operacionais, além de definir as fontes de preços e os modelos de marcação a mercado de ativos;
- c) Área de Análise de Crédito, responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais a instituição mantém ou estuda ter exposição creditícia.

19.2. Risco operacional

A Distribuidora dispõe de uma estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional conforme as melhores práticas de mercado e em atendimento a regulamentação vigente.

A formalização está definida no documento interno “Metodologia de Risco Operacional”, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de um sistema de controles internos e de estrutura de gerenciamento do risco operacional pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este documento também define o processo de gestão, os papéis e responsabilidades, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, além do processo de divulgação que garante a transparência das atividades de gerenciamento.

O Grupo RB Capital adotou um modelo de mapeamento que envolve todos os níveis organizacionais, com o objetivo de estabelecer uma estrutura efetiva de controles internos que promova e respeite os mais altos padrões éticos e de integridade e que enfatize o acultramento e a importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos, adequados à natureza, a complexidade e aos riscos das atividades desenvolvidas.

A Área de Compliance é responsável pelo mapeamento dos procedimentos, controles e riscos e pela atuação junto a todos os colaboradores do Grupo RB Capital com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas no documento “Metodologia de Risco Operacional”. É uma Área independente e segregada da Auditoria Interna e com subordinação direta ao Diretor de Controles Internos.

O *Risk and Control Self-Assessment* - RCSA (Auto avaliação de Riscos e Controles) é a metodologia utilizada para identificar, avaliar, controlar, monitorar e mitigar os riscos, e apontar os impactos e as probabilidades dos riscos ocorrerem e apresenta medidas preventivas contra tais ocorrências. Trata-se de uma Metodologia de CSA que se utiliza de um sistema específico, terceirizado, de controle de gestão de risco.

19.3. Gerenciamento de Capital

A Distribuidora dispõe de uma estrutura para gerenciamento de capital constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções:

- a) Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável por decidir sobre planos de ação e estratégias relativos a mudanças na estrutura de capital da companhia;
- b) Área de Risco, responsável pelas informações de ativos ponderados por risco e adequação de capital;
- c) Área de Controladoria, responsável pelas informações de ativos, passivos e fluxo de caixa.

Além dos agentes descritos anteriormente, todas as estruturas contam com uma Auditoria Interna, realizada por uma empresa externa contratada pela área de Controladoria, cujo papel é garantir a adequação dos procedimentos e consistência entre as políticas de gerenciamento de risco e capital e a estrutura efetivamente implementada.

As descrições completas das estruturas de gerenciamento de risco e de capital encontram-se disponível no site www.rbcapitaldtvm.com.br/Gerenciamento-de-Risco.

20. ACORDO DE BASILÉIA (LIMITE OPERACIONAL)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 30 de junho de 2015 foi de 52,84% (43,92% em 2014).

21. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Administração não presta garantias a terceiros.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES - ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO FISCAL

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/15, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015. A conversão em Lei dessa Medida Provisória está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC - ISP 110330/O-6